



## Aprovada pelo Congresso, LDO tem teto de gastos para a União

Moreira Matiz/Agência Senado



Deputados e senadores votam a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017, em sessão conduzida por Renan Calheiros (C)

Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece que despesas primárias de 2017 não sejam superiores às de 2016. Projeto também prevê déficit de R\$ 139 bi no próximo ano

**A**pós sessão que durou mais de 15 horas e só foi concluída na madrugada de hoje, o Congresso conseguiu aprovar o texto-base da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017 e esvaziar a pauta que continha vetos presidenciais e projetos sobre créditos. Faltou quorum para a votação de três destaques à LDO. A grande polêmica, alvo da obstrução dos partidos da Minoria nas duas Casas, foi a fixação de teto para gastos da União, que não poderão superar as despesas de 2016, corrigidas

pela inflação. O limite consta de proposta em análise na Câmara. A LDO prevê crescimento da economia de 1,2% no próximo ano e déficit de R\$ 139 bilhões nas contas do governo, sendo o quarto ano consecutivo em que o país fechará no vermelho. O texto proíbe que o governo inclua na previsão de receitas a arrecadação com tributos cuja criação não tenha sido aprovada pelo Congresso.

Os parlamentares mantiveram os oito vetos e aprovaram três projetos de crédito para ministérios. **3**

### Aumento dos servidores da Defensoria vai a Plenário

O reajuste dos servidores da Defensoria Pública da União foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econô-

micos após muita polêmica. O aumento dos ministros do STF, porém, foi adiado por pedido de vista de Ataídes Oliveira. **4**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Ao lado de Fátima e Pimentel, Gleisi (D) defende seu relatório na votação



Pedro Franco/Agência Senado

Lasier Martins (C) coordena debate com representantes de entidades relacionadas a inovação e desenvolvimento industrial

### Gasto em pesquisa é equivocado, dizem especialistas

O processo de inovação no país é prejudicado pela destinação de verba a pesquisas de baixa aplicabilidade no

mercado e pela pulverização e contingenciamento dos recursos, disseram participantes de audiência pública. O debate

foi promovido pela Comissão de Ciência e Tecnologia para discutir os fundos nacionais de desenvolvimento do setor. **7**

### Novo código de aeronáutica vai à Câmara este ano **2**

### Proposta sobre jogos de azar tem novo substitutivo **8**

### CCJ vota agravante para corrupção de menores **4**

### Comissão sabatina três candidatos a embaixador **7**

### Juizes criticam pressa em votar projeto sobre abuso de autoridade

Representantes do Judiciário e do Ministério Público disseram que é um equívoco acelerar a votação, sem debates aprofundados, do projeto

que prevê novas regras para a tipificação do abuso de autoridade. Segundo eles, há políticos interessados em intimidar os investigadores da Lava Jato. **8**



O juiz Roberto Carvalho Veloso fala na audiência, ao lado do senador Paulo Paim

### Julgamento do impeachment começa amanhã

A sessão final do processo contra Dilma Rousseff deve durar vários dias. A primeira fase é dedicada à inquirição das duas testemunhas da acusação e das seis da defesa, que ficarão à disposição do Senado sem acesso a internet, telefone ou TV. Os trabalhos começam amanhã e podem entrar no fim de semana. Na segunda-feira, a presidente afastada estará no Plenário para responder às perguntas dos senadores. **5**

### Itamaraty vê urgência em ações pelo clima

O mundo trava uma luta contra o relógio para colocar em vigor o Acordo de Paris, assinado em 2015, com regras para reduzir a emissão de gases poluentes, disse ontem representante do Itamaraty. Senadores e especialistas debateram o papel do Brasil — um dos países que já ratificaram o acordo — na COP-22, conferência mundial sobre mudanças climáticas, que ocorre em novembro, no Marrocos. **6**



Comissão especial do Código Brasileiro de Aeronáutica discute taxas e tarifas aplicadas para aerodesporto e aeroclubes

## Vicentinho: novas regras da aviação devem sair este ano

O relator da reforma do Código de Aeronáutica, José Maranhão, disse que busca um texto que equilibre taxas suficientes para bancar a infraestrutura aeroportuária sem onerar demais o consumidor

O PRESIDENTE DA comissão especial que analisa a proposta de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), Vicentinho Alves (PR-TO), anunciou que o objetivo do presidente do Senado, Renan Calheiros, é aprovar esse novo marco regulatório ainda em 2016. O prazo foi confirmado pelo relator, José Maranhão (PMDB-PB).

— Temos essa coisa boa, um relator que é presidente da CCJ [Comissão de Constituição e Justiça]. Assim que finalizarmos, o projeto segue para a CCJ. Podemos aprovar em Plenário ainda em 2016 — disse Vicentinho.

Se aprovado pelo Senado, o projeto (PLS 258/2016) seguirá para a Câmara dos Deputados.

Em audiência ontem, a comissão especial discutiu com especialistas a possibilidade de o novo CBA prever a cobrança de taxas e tarifas para aeroclubes e escolas de instrução. O diretor de Outorgas da Secretaria de Aviação Civil (SAC), Ronei Saggiore, afirmou que aeroportos de pequeno porte no interior do país, com modestas condições de infraestrutura, dão os municípios em que se localizam despesas que costumam ficar em torno de R\$ 1 milhão anuais por terminal.

— E isso tratando de aeroportos que só funcionam durante o dia, com a menor estação de telecomunicações

aeronáuticas existente — disse. Saggiore solicitou ao Senado ponderação na política de isenções de taxas e tarifas, enfatizando que elas bancam parte da infraestrutura necessária à manutenção de aeródromos no Brasil.

Maranhão garantiu que buscará esse equilíbrio no relatório, mas acrescentou que é preciso considerar a necessidade de desenvolver e assegurar o bom funcionamento da aviação nacional.

— Os aeroportos estratégicos têm que ser sustentados, sim, pelo país, pelo Orçamento da República. As empresas que operam os aeroportos lucrativos são importantes, mas não são mais importantes que se dar sustentabilidade à base da aviação — disse.

O relator acrescentou que cabe à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e às outras instituições públicas ter um papel mais proativo na sustentabilidade do modelo.

— Cobrar taxas e tarifas nem sempre é o melhor caminho para sustentar o progresso e construir uma relação harmoniosa com os segmentos econômicos e a população.

Segundo Vicentinho, no final das contas, o usuário de aeroportos é que paga pelos custos, sendo penalizado pelo excesso de tarifas.

— Uma vez minha netinha

de sete anos perguntou por que o pão de queijo e o refrigerante eram mais caros no aeroporto. Expliquei para ela que era por causa dessas taxas e da forma como elas afetam o consumidor — disse.

### Pilotos

O presidente do Sindicato Interestadual das Escolas de Ensino da Aviação Civil (Sineac), Juan Ibañez, apresentou estudos da entidade defendendo que a oneração do setor vai aprofundar uma crise já presente desde o ano passado, em decorrência da situação econômica do país.

— Sem a isenção, serão fechados 60% dos cursos em faculdades, 75% das escolas e metade dos aeroclubes. O custo para formar um aluno vai mais do que dobrar e o impacto financeiro positivo para os aeroportos vai ser pequeno — previu.

O representante do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Adriano Castanho, teme que o país sofra num futuro próximo, “talvez num prazo de dez anos”, com a falta de pilotos caso cessem os incentivos para a formação de alunos. Ele ressaltou que muitos profissionais da área já estão emigrando para a China e para o Oriente Médio, aceitando convites de trabalho feitos por empresas internacionais.

## Comissão da MP do Fies deve eleger presidente hoje

Foi remarcada para hoje, às 11h, a eleição do presidente e vice-presidente da comissão mista que analisará a medida provisória que alterou a remuneração administrativa dos bancos na concessão do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Pela MP 741/2016, a remuneração, de 2% sobre o valor dos encargos educacionais libera-

dos, passou a ser paga pelas instituições privadas de ensino superior, e não mais pela União. Antes da MP, os bancos eram remunerados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), segundo a Lei 10.260/2001, que criou o Fies. A mudança passou a valer a partir das inscrições e renovações semestrais referentes ao segundo semestre de 2016,

realizadas entre 15 de julho e 1º de agosto.

Por falta de quorum ontem, também foi adiada a análise do relatório da medida que limita a 10,54% o reajuste do foro e da taxa de ocupação de imóveis da União para o exercício de 2016. A data da próxima reunião da comissão mista da MP 732/2016 não foi definida.

## Ministro pede pressa na votação sobre desvinculação de receitas

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, compareceu ao Congresso ontem, antes da sessão conjunta de votação, para pedir urgência na aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017 (LDO) e da PEC 31/2016, que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU).

— É preciso que seja mantida a DRU para que não haja uma frustração do Orçamento ainda este ano.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a votação da LDO seria concluída na sessão do Congresso de ontem. Acrescentou que a DRU será votada, em primeiro turno, hoje, e em segundo turno na semana que vem, após o encerramento do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Sobre o reajuste da Defensoria Pública e o aumento do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Dyogo Oliveira disse que essas discussões devem se dar no tempo adequado no Congresso, sem necessidade de urgência. Ricardo Ferraço (PSDB-ES), relator do projeto que aumenta os vencimentos dos ministros do STF, destacou que a aprovação da proposta (PLC 27/2016) terá um impacto financeiro anual superior a R\$ 4,5 bilhões.

— Ela abrirá a porta para que sejam reajustados os demais salários no setor público, inclusive de deputados e senadores. Acho descabido que se possa pensar em aumentar salários enquanto o povo brasileiro está preocupado em manter seus empregos.



Ministro interino do Planejamento, Dyogo Oliveira pede urgência para DRU

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



#### CI Dnit e ANTT

8h30 A comissão sabatina indicados para as diretorias do Dnit e da ANTT.

#### AGENDA BRASIL Lei de Licitações

9h A comissão realiza audiência sobre o PLS 559/2013, que moderniza a Lei de Licitações. Às 14h30, análise do PLC 186/2014, sobre a legalização dos jogos de azar.

#### CAS Cirurgia reparadora

9h A comissão pode votar o PLC 5/2016, que obriga a realização de cirurgia plástica reparadora nas duas mamas em caso de câncer, e mais 9 itens.

#### CDR Mobilidade urbana

9h Na pauta, o PLC 22/2016, que estende o prazo para apresentação dos planos de mobilidade urbana, e mais 7 itens.

#### CCJ Parcerias público-privadas

10h A comissão pode votar PLS 472/2012, que reduz o valor mínimo dos contratos de PPPs celebrados por estados e municípios, a PEC 96/2015, que trata do imposto sobre grandes heranças, e mais 40 itens.

#### CRE Três embaixadores

10h A comissão sabatina embaixadores indicados para Turquia, Áustria e Alemanha.

#### MP 741/2016 Taxa do Fies

11h Eleição da comissão da MP que altera a remuneração administrativa dos bancos na concessão do Fies.

#### CDH Adoção

11h A comissão pode votar o PLS 531/2013, que facilita a adoção, e mais 28 itens.

#### MP 729/2016 Educação infantil

11h30 Análise de relatório da MP que amplia verba da educação infantil nas cidades.

#### PRESIDÊNCIA Ordem do dia

12h Renan Calheiros vai ao lançamento de cartilha da AGU sobre as eleições municipais. Às 16h, dirige a ordem do dia da sessão plenária.

#### MP 733/2016 Dívidas rurais

12h Análise de relatório da MP que autoriza a renegociação de dívidas rurais.

#### PLENÁRIO Desvinculação de receitas

14h Na pauta, a PEC 31/2016, sobre a DRU.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

Lei de Diretrizes Orçamentárias limita o gasto federal de 2017 ao mesmo de 2016, corrigido pela inflação. Falta de quorum adiou votação de 3 destaques ao texto-base

# Congresso aprova LDO com deficit de R\$ 139 bi

O CONGRESSO APROVOU na madrugada de hoje a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017. O texto autoriza o governo a fechar o ano com deficit de R\$ 139 bilhões e prevê crescimento de 1,2% no produto interno bruto (PIB). Foram 252 votos favoráveis e 8 contrários ao projeto (PLN 2/2016) na Câmara e votação simbólica no Senado. Por falta de quorum, três destaques ao texto-base não foram votados.

Na sessão, que durou mais de 15 horas, a grande polêmica e alvo da obstrução dos partidos que compõem a Minoria no Congresso foi a fixação de teto para os gastos públicos, incorporando uma proposta (PEC 241/2016) ainda em análise na Câmara. O texto estipula que os gastos primários da União no próximo ano não sejam superiores aos de 2016 (incluindo os restos a pagar), corrigidos pela inflação oficial. A oposição apresentou destaque para retirar o dispositivo do texto, mas ele não foi aprovado.

O senador Humberto Costa (PT-PE) disse que os gastos limitados levarão ao corte de dezenas de bilhões de reais de setores como educação, saúde, segurança e moradia.

— Um crescimento meramente nominal das despesas sociais é mais do que um erro,



Conduzida por Renan Calheiros, sessão do Congresso Nacional aprova o texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017

é um crime — afirmou.

Para Humberto, incorporar a limitação de despesas sem antes aprovar a PEC com essa previsão torna a LDO inconstitucional.

## Tributos

A LDO para 2017 proíbe que o Executivo inclua na previsão de receitas da Lei Orçamentária Anual (LOA) a arrecadação com tributos que não tenham sido aprovados pelo Congresso, como a recriação da CPMF. O governo deve enviar o projeto da LOA até 31 de agosto.

A proposta aprovada estima deficit fiscal e crescimento da dívida pública nacional pelo

quarto ano consecutivo. O projeto prevê também deficits de R\$ 1,1 bilhão para estados e municípios e de R\$ 3 bilhões para as estatais. A estimativa do deficit foi uma alteração promovida pelo presidente interino Michel Temer no texto original do projeto, que previa resultado fiscal zero (nem superavit e nem deficit). As bancadas de oposição tentaram resgatar essa proposta por meio de destaque, mas sem sucesso.

Outros indicadores preveem inflação de 6%, taxa de juros de 13,1% e dólar a R\$ 4,40.

O relator da LDO, senador Wellington Fagundes (PR-MT),

disse que o projeto aprovado é “realista”, porque o texto conta com dispositivos que obrigam o governo federal a limitar as suas despesas e trabalhar com uma arrecadação concreta.

Wellington também destacou a preocupação da LDO com as obras públicas paralisadas ou não concluídas no prazo. O senador explicou que seu relatório trouxe medidas para amenizar o problema. A mais imediata é que o Executivo passe a priorizar, em seus investimentos de infraestrutura, as obras que estejam pelo menos 50% concluídas.

O projeto prevê a criação de cadastro público, na internet,

de obras federais orçadas a partir de R\$ 50 milhões. O relator sugere que todas as obras orçadas em pelo menos R\$ 10 milhões tenham projeto executivo e estudo de viabilidade técnica e econômica, e que o Executivo não possa fazer convênios para novas obras com municípios que tenham empreendimentos inacabados da mesma natureza. Wellington chamou a atenção para a definição de piso mínimo para investimentos federais em infraestrutura em 2017. Pelo texto da LDO, esse montante não poderia ser inferior ao valor investido em 2016, acrescido da inflação anual.

Os três destaques pendentes de votação serão apreciados na próxima convocação do Congresso. Um deles trata das possibilidades de livre remanejamento de despesas do orçamento pelo Executivo, dispositivo que a oposição quer retirar. Os outros dois são equivalentes e retiram da previsão de contingenciamento as verbas destinadas a ciência e tecnologia.

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) incluiu no texto da LDO a realização de auditoria na dívida pública no próximo ano. A proposta, mantida pelo Plenário, precisará ser confirmada por Michel Temer.

## Orçamento e PAC ganham novos limites para remanejar verbas

O Congresso também aprovou ontem projeto que modifica os limites para a abertura de créditos suplementares previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. A medida está prevista no Projeto de Lei do Congresso 3/2016, que vai a sanção presidencial.

O texto havia sido aprovado com mudanças pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), mas os parlamentares voltaram à forma original durante a sessão do Congresso.

O projeto amplia, de 10% para 20%, o limite para suplementação e cancelamento de subtítulos da LOA de caráter geral. Segundo o Executivo, o percentual de 20% permite aos gestores públicos mais flexibilidade ao fazer ajustes.

No caso do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o texto reduz para 20% o limite para autorização de cancelamentos e suplementações de cada subtítulo do programa. De 2012 a 2015, os remanejamentos correspondiam a 30% das dotações do PAC.

O projeto também amplia, de 10% para 30%, o limite para

autorização de suplementação orçamentária referente à remuneração de agentes financeiros, retornando a patamares anteriores.

O projeto modifica a LOA de 2016 para deixar claro que só serão impedidas de alteração na programação as emendas individuais e coletivas que, segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016, também não possam ser objetivo de limitação de empenho.

Segundo a justificativa do Executivo, na redação atual da LOA há proibição de alterar qualquer emenda coletiva ou cancelar qualquer emenda, mesmo as propostas pelo relator-geral do Orçamento.

O texto permite a alteração dos limites físicos e financeiros autorizados para a Justiça Eleitoral, estimando acréscimo de R\$ 168,5 milhões na previsão orçamentária e a possibilidade de provimento de pouco mais de 3 mil cargos efetivos e funções comissionadas nos tribunais regionais eleitorais, destinadas às zonas eleitorais.

(Com Agência Câmara)

## Fundos de Saúde, Educação e Cultura terão recursos extras

Senadores e deputados aprovaram ontem três projetos que abrem crédito especial para diversos ministérios. Os textos vão para sanção presidencial.

O PLN 11/2016 abre crédito de R\$ 10,5 milhões para fundos nacionais (Educação,

Antidrogas, Saúde, Cultura e Assistência Social) e de R\$ 400 mil para os Ministérios da Integração Nacional e das Cidades. O PLN 10/2016 remaneja R\$ 28 milhões em favor da Justiça do Trabalho e de ministérios. Também foi

aprovado o PLN 5/2016, que abre crédito suplementar de R\$ 1,9 bilhão para o Plano Safra, para programas de transferência de renda, para pagamento de seguro-desemprego e abono salarial e para renegociação de dívidas de produtores rurais.

## Parlamentares decidem manter oito vetos presidenciais

Antes de votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Congresso precisou deliberar sobre oito vetos presidenciais que travavam a pauta. Todos foram mantidos. A votação dos vetos durou mais de oito horas, numa maratona para abrir caminho para a LDO, como queria o governo.

Entre os vetos, sete eram parciais, a maior parte sobre trechos inseridos pelo Congresso em medidas provisórias. Outro suspendeu integralmente o PLS 158/2007, que permitia a liberação do FGTS em caso de deslizamento de barreiras.

Um dos vetos mais polêmicos foi o trecho da Lei 13.274/2016 que garantia a reserva de 10% da verba do Minha Casa, Minha Vida a cidades com menos de 50 mil habitantes. O Executivo alegou que o programa deve

### Vetos mantidos

VET 13/2016	Veto parcial à Lei 13.274/2016 (MP 698/2015), que altera as regras do Programa Minha Casa, Minha Vida em relação aos financiamentos com recursos do FGTS
VET 15/2016	Veto parcial à Lei 13.281/2016 (MP 699/2015), que aumenta punição para veículo que bloquear vias públicas
VET 16/2016	Veto parcial à Lei 13.287/2016 (PLC 76/2014), que proíbe trabalho insalubre de gestante
VET 22/2016	Veto parcial à Lei 13.294/2016 (PLC 110/2011), com prazo para instituições financeiras emitirem recibo de quitação de débitos
VET 24/2016	Vetos à Lei 13.299/2016 (MP 706/2016), que amplia o prazo para adesão à prorrogação antecipada de contratos de concessão do setor elétrico
VET 25/2016	Vetos à Lei 13.301/2016 (MP 712/2016), que estabelece medidas de combate ao mosquito vetor da zika e da dengue
VET 28/2016	Veto total ao PLS 158/2007, que inclui deslizamento de barreiras no rol de desastres cobertos pelo FGTS
VET 29/2016	Veto parcial à Lei 13.315/2016 (MP 713/2016), que reduz para 6% imposto sobre remessas ao exterior

priorizar municípios com maior deficit habitacional, cidades médias e regiões metropolitanas. Para parlamenta-

res contrários ao veto, porém, construir nas pequenas cidades ajudaria a evitar o inchaço populacional nos grandes centros.

# Reajuste para defensor público passa em comissão

Colegiado adiou, por pedido de vista de Ataídes Oliveira, projeto que aumenta o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal

DEPOIS DE MUITA polêmica, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o projeto de lei que reajusta os vencimentos de servidores da Defensoria Pública da União (PLC 32/2016). A proposta que eleva o subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (PLC 27/2016), por sua vez, foi discutida, mas não chegou a ser posta em votação, em razão de um pedido de vista feito por Ataídes Oliveira (PSDB-TO).

O projeto aprovado corrige em 8,59% a remuneração para o cargo de defensor público-geral federal, elevando o subsídio de R\$ 31.090 para R\$ 33.763 a partir de janeiro de 2018. O maior índice de reajuste (67,03%) foi aplicado à remuneração da categoria segunda de defensor público, aumentando o subsídio de R\$ 17.330 para R\$ 28.947 a partir de 2018. A proposta vai para votação em regime de urgência no Plenário do Senado.

O PLC 32/2016 teve como relatora Gleisi Hoffmann (PT-PR), presidente da CAE, que apresentou voto favorável à aprovação.

Os senadores do PSDB Ataídes Oliveira, Ricardo Ferraço (ES) e José Aníbal (SP) se manifestaram contra a proposta por causa da crise econômica enfrentada pelo país.

— Aumento sempre é bom, mas neste momento é incompatível com a situação do país, já que ele vai ser dado à custa de endividamento — justifi-



A presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Gleisi Hoffmann, apresenta relatório favorável ao projeto que aumenta o salário dos defensores públicos

cou José Aníbal.

Argumentação semelhante foi apresentada por Ronaldo Caiado (DEM-GO).

O voto de Gleisi contou com o apoio de Hélio José (PMDB-DF), Alvaro Dias (PV-PR), Lindbergh Farias (PT-RJ), Telmário Mota (PDT-RR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

## Efeito cascata

Ferraço, relator na CAE do projeto que aumenta os vencimentos dos ministros do STF, recomendou a rejeição do aumento, que já passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

“O reajuste do subsídio do ministro do Supremo Tribunal Federal resultará em um impacto bilionário nas contas públicas da União, dos estados

e dos municípios. A partir da sua aprovação, abre-se a porta para que sejam reajustados todos os demais salários no setor público, inclusive os salários de deputados e senadores”, alertou ele no parecer contrário ao PLC 27/2016.

Em contraposição a esse argumento, Valdir Raupp (PMDB-RO) apresentou voto em separado pela aprovação do reajuste para o Supremo. O senador rebateu a acusação de Ferraço de que o PLC 27/2016 viola a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

— A matéria é meritória, dada a defasagem do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Não causará impacto adicional ao Orçamento nem ultrapassará os limites da

LRF em 2016 — afirmou Raupp.

Um estudo da Consultoria de Orçamento do Senado estimou um impacto financeiro anual superior a R\$ 4,5 bilhões com a aprovação do PLC 27/2016. Foi com base nisso que Ataídes resolveu pedir vista do projeto e adiar a votação do aumento

“neste momento delicado que o país atravessa”.

Com o início da sessão do Congresso, o encerramento dos trabalhos da CAE foi antecipado, impedindo a votação do PLC 28/2016, que reajusta o subsídio do procurador-geral da República.

## Programa de Desenvolvimento de Corumbá terá US\$ 40 milhões

Também foi aprovada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos a autorização para uma operação de crédito externo no valor US\$ 40 milhões entre Corumbá (MS) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), com garantia da União.

Os recursos serão destinados ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Integrado de Corumbá. O relator, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), apresentou voto favorável. A comissão aprovou pedido de urgência para a votação da proposta pelo Plenário.

# Pena maior para corrupção de menores deve ser votada hoje

Um projeto de lei que agrava a pena pelo crime de corrupção de menores pode ser aprovado hoje, em decisão final, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta, que é de Aécio Neves (PSDB-MG), também inclui a prática no rol dos crimes hediondos (Lei 8.072/1990).

Um substitutivo apresentado pelo relator, José Pimentel (PT-CE), fez mudanças significativas no PLS 219/2013. Muitas das alterações sugeridas constavam, inclusive, de outro substitutivo de Pimentel, apresentado ao PLS 333/2015, do senador licenciado José Serra, aprovado no início de agosto pelo Plenário do Senado e já enviado à Câmara. A proposta de Serra tramitava em conjunto com um projeto similar rejeitado pelos senadores (PLC 20/2015).

Os pontos de aproximação

entre os dois substitutivos de Pimentel se concentram em modificações no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A principal delas é criar um regime especial de atendimento socioeducativo, a ser aplicado aos menores infratores que pratiquem, mediante violência ou grave ameaça, conduta prevista na

Lei de Crimes Hediondos.

Esse regime especial alcançaria jovens na faixa dos 18 aos 26 anos que se envolveram com crimes graves quando menores de idade. Nesses casos, o período de internação duraria até oito anos e seria cumprido em estabelecimento específico ou em ala especial da unidade de internação regular, desde que

assegurada a separação dos demais internos.

## Regime especial

Pimentel também teve a preocupação de estabelecer algumas medidas de proteção para os jovens inseridos nesse regime especial. Assim, ficam obrigatórias as atividades de escolarização e profissionalização. Também assegura acesso ao trabalho nesse período, admitindo a possibilidade de o interno requerer autorização judicial para trabalho externo.

Outra similaridade é a medida que facilita a construção de estabelecimentos específicos ou de alas especiais em unidades de internação já existentes via inserção dessas obras na Lei 12.462/2011, que trata do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

Autor do projeto, Aécio avalia que “a corrupção do menor que

visa ao cometimento de homicídio ou de extorsão mediante sequestro é indiscutivelmente mais grave e repugnante do que a que tem por objetivo o furto”.

Na justificativa, ele acrescenta que “a intenção é aprimorar o ECA para prever gradação da reprimenda conforme a gravidade do crime praticado ou induzido mediante corrupção do menor”.

Ao mesmo tempo em que procurou ampliar o alcance do PLS 219/2013, o relator tratou de eliminar da proposta a inserção do crime de corrupção de menores no rol dos crimes hediondos.

Pimentel justifica que “o referido rol deve ser preservado para conter apenas condutas consideradas gravíssimas, que causam repugnância social e atentam contra os valores mais caros ao indivíduo”, e não retirar o caráter de excepcionalidade.



Relator, José Pimentel apresentou texto alternativo a projeto de Aécio Neves

# Testemunhas de acusação abrem julgamento amanhã

Processo de impeachment contra Dilma Rousseff entra na reta final e será decidido em uma única sessão que deve durar vários dias. Primeira fase será dedicada às testemunhas de acusação e defesa

O PROCURADOR DO Ministério Público no Tribunal de Contas da União (TCU), Júlio Marcelo de Oliveira, e o auditor do TCU Antonio Carlos Costa d'Ávila Carvalho Júnior, indicados pela acusação, serão as primeiras testemunhas a depor no julgamento do impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff, que começa amanhã. Em seguida, serão ouvidas as seis testemunhas da defesa.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, que presidirá a sessão, quer esgotar essa etapa até sexta-feira. Mas os trabalhos poderão entrar pelo fim de semana.

O julgamento ocorrerá em uma única sessão, com intervalos. Estão acertadas pausas das 13h às 14h e das 18h às 19h. Outras interrupções de 30 minutos poderão ocorrer de quatro em quatro horas. Se a sessão for interrompida ao final de um dia, continuará na manhã seguinte, às 9h. Encerrada essa fase, os senadores retornam na segunda-feira para fazer perguntas a Dilma.

As testemunhas ficarão num hotel em Brasília, à disposição do Senado, desde as primeiras horas de amanhã, incomunicáveis, sem acesso a telefone, internet e televisão. Policiais legislativos garantirão a segurança do grupo e a incomunicabilidade entre as oito pessoas. As medidas estão no Código de Processo Penal.

As perguntas às testemunhas serão feitas, primeiramente, pelo presidente da sessão e depois pelos senadores inscritos. Serão até três minutos para cada pergunta e três para a resposta. Mas senador e testemunha terão mais três minutos cada um para esclarecimentos complementares. Depois será a vez de acusação e defesa fazerem as perguntas.



Oliveira, do Ministério Público, e Carvalho, do TCU, serão os primeiros a depor

Fotos: Waldemir Brenner/Agência Senado - 8/6/2016

## Acusação

▶ **Júlio Marcelo de Oliveira** é procurador do Ministério Público no Tribunal de Contas da União (TCU). Foi auditor de controle externo no TCU, tendo também atuado como chefe de gabinete de procurador-geral e de ministro do Tribunal de Contas da União. Trabalhou como consultor legislativo no Senado. É graduado em ciência da computação e em direito pela Universidade de Brasília (UnB).

▶ **Antonio Carlos Costa d'Ávila Carvalho Júnior** é auditor federal de controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU), com atuação na Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional e na Secretaria de Macroavaliação Governamental. Formado em administração de empresas e especialista em orçamento público, é professor de pós-graduação em auditoria financeira da Universidade de Brasília (UnB).

## Base governista anuncia que apenas os líderes deverão fazer perguntas

A base do governo interino decidiu que apenas os líderes dos partidos governistas e os senadores indicados por eles farão perguntas às testemunhas durante o julgamento do impeachment, informou o líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima (PB).

O senador explicou que a decisão se deve a motivos de "economia processual", uma vez que as mesmas testemunhas já foram ouvidas

anteriormente pela Comissão Especial do Impeachment.

A ideia é que o número de líderes da base governista a participar seja próximo ao de senadores que defendem Dilma, em torno de 20.

— E preferencialmente que façam perguntas apenas para as testemunhas da acusação. Sem nenhum prejuízo da defesa. Acredito que até a sexta-feira essa etapa estará vencida — disse Cássio.

## Lewandowski nega pedido para anular votação da pronúncia

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do julgamento do impeachment, Ricardo Lewandowski, negou ontem o pedido de anulação do processo contra Dilma Rousseff. A defesa havia pedido a anulação da decisão de pronúncia, com a alegação de que a votação das "questões preliminares e prejudiciais arguidas pela defesa" (nos dias 9 e 10 de agosto) ocorreu com violação ao processo legal e ao direito de defesa. O requerimento diz que as questões preliminares, rejei-

tadas pela comissão especial, deveriam ter sido submetidas ao Plenário. Ainda na interpretação da defesa, as preliminares deveriam ter sido votadas de forma separada, conforme o Código de Processo Penal, e não globalmente, como permite o Regimento do Senado.

Lewandowski, no entanto, diz não perceber "nulidade na decisão de pronúncia" do Senado e afirma que a votação em bloco não trouxe prejuízo à acusada. Ele também negou o pedido de absolvição sumária

da presidente, argumentando que não existe essa previsão na Lei de Impeachment.

Em decisões anteriores sobre outros requerimentos, Lewandowski negou pedido do jurista Hélio Bicudo (que queria falar ao Plenário no julgamento de Dilma por videoconferência) e também indeferiu pedido da defesa para acareação entre peritos. Ele homologou a desistência de uma testemunha de acusação e negou a impugnação das testemunhas de defesa, protocolada pela acusação.

## Defesa

▶ **Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo** é professor titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, no governo de José Sarney, e secretário de Ciência e Tecnologia de São Paulo, na gestão de Orestes Quércia. Formado em direito e ciências sociais pela Universidade de São Paulo (USP), Belluzzo tem pós-graduação em desenvolvimento econômico pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) e doutorado em economia pela Unicamp.

▶ **Geraldo Luiz Mascarenhas Prado** é consultor jurídico, graduado em direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com mestrado e doutorado em direito pela Universidade Gama Filho (UGF). É pesquisador do Centro de Investigação em Direito Penal e Ciências Criminais da Universidade de Lisboa. Integrou comissão instituída pelo Ministério da Justiça para a reforma dos recursos e ações autônomas de impugnação no âmbito do Código de Processo Penal. Magistrado de carreira, aposentou-se no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro no cargo de desembargador, em 2012.

▶ **Nelson Barbosa** foi ministro do Planejamento e Ministro da Fazenda de Dilma Rousseff. É formado em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre pela mesma universidade e doutor pela New School of Social Research, em Nova York. Foi presidente do Conselho de Administração do Banco do Brasil e membro do Conselho de Administração da Vale. É professor da Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP) e do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ).

▶ **Esther Dweck** é ex-secretária de Orçamento Federal. Graduada em ciências econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, tem doutorado em economia da indústria e tecnologia pela mesma instituição. É professora-adjunta do Instituto de Economia da UFRJ, na área de macroeconomia. Foi chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República.

▶ **Luiz Cláudio Costa** foi secretário-executivo do Ministério da Educação no governo de Dilma Rousseff. É professor de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Graduado em matemática (UFV), mestre em meteorologia agrícola (UFV) e doutor pela Universidade de Reading, na Inglaterra. Liderou equipe de especialistas em mudanças climáticas da Organização Meteorológica Mundial (OMM) e da Organização das Nações Unidas (ONU) e presidiu o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

▶ **Ricardo Lodi Ribeiro** é advogado, professor de graduação e pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e presidente da Sociedade Brasileira de Direito Tributário. Graduado pela UERJ, tem mestrado em Direito Tributário, pela Universidade Cândido Mendes, e doutorado na mesma área, pela Universidade Gama Filho. Foi procurador do estado de São Paulo, procurador da Fazenda Nacional e membro do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União.

## Defesa faz substituição e critica decisão de senadores contrários a Dilma

A defesa da presidente afastada solicitou a substituição de uma das seis testemunhas arroladas para a sessão final. O advogado Ricardo Lodi Ribeiro será convocado no lugar de Gilson Alceu Bittencourt.

A substituição foi solicitada pelo advogado da defesa José Eduardo Cardozo e já foi autorizada pelo presidente do STF, Ricardo Lewandowski.

Já a decisão dos governistas de selecionar apenas cerca

de 20 senadores para fazer perguntas às testemunhas foi criticada pelos defensores de Dilma. O líder da oposição, Lindbergh Farias (PT-RJ), disse que todos senadores têm o dever de se posicionar.

— O Brasil vai parar para escutar a presidente Dilma e eu tenho certeza: vamos virar a opinião pública. Vai ficar claro que não houve crime por parte dela, ela respondendo a cada senador — afirmou.

## Visitas ao Congresso serão suspensas a partir de hoje

O programa de visitação do Congresso Nacional vai ser suspenso a partir de hoje, devido ao início da votação do processo de impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff no Plenário do Senado, que começa amanhã.

A previsão é que as visitas guiadas pelo Senado e pela Câmara sejam retomadas em 3 de setembro.

## Rádio Senado vai transmitir sessão ao vivo pelo YouTube

A partir das 7h de amanhã, a Rádio Senado vai transmitir ao vivo, pelo YouTube, o julgamento do impeachment. O link estará disponível no site da rádio. A plataforma permite que a sessão seja ouvida por meio de computadores, celulares e tablets com qualquer sistema operacional.

Rádio Senado  
www.senado.leg.br/radio

# “Mundo pede urgência em acordo sobre clima”

Representante do Itamaraty destacou mobilização para que tratado contra emissões de gases poluentes entre logo em vigor. Brasil e mais 23 países já ratificaram o texto

UMA MOBILIZAÇÃO INTERNACIONAL pede a entrada imediata em vigor do Acordo de Paris sobre Mudança de Clima, em razão do agravamento do aquecimento global, disse ontem, em audiência pública no Senado, o subsecretário-geral de Meio Ambiente do Itamaraty, José Antônio Marcondes de Carvalho.

O acordo substitui outras normas internacionais referentes à redução das emissões de gases poluentes, como o Protocolo de Kyoto.

— Existe a grande possibilidade de confirmação do acordo pelos Estados Unidos e pela China. Outros países poderão demorar um pouco mais. A França já concluiu o processo interno de ratificação, mas a União Europeia pretende fazer o depósito de seu instrumento de ratificação apenas quando todos os membros do bloco estiverem em condições. Há uma luta internacional coletiva contra o relógio para colocar o Acordo de Paris em vigência o quanto mais rápido possível — disse.

O debate na Comissão Mista de Mudanças Climáticas tratou da participação do Congresso brasileiro na 22ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-22). O evento, que acontecerá no Marrocos, de 7 a 18 de novembro, será o primeiro a tratar da regulamentação do Acordo de



Embaixador Marcondes de Carvalho explica importância do Acordo de Paris, em debate coordenado por Bezerra (2º à esq.)

Paris, que prevê a redução de emissões de gases do efeito estufa, como forma de limitar o aumento da temperatura global em 2 °C até 2100.

## Adesões

Representante do Ministério do Meio Ambiente, Adriano Santhiago saudou a aprovação em tempo recorde do Acordo de Paris pelo Congresso Nacional. Na quinta-feira, o Senado aprovou projeto de decreto legislativo encaminhado à promulgação que confirma a adesão do Brasil ao acordo, celebrado em Paris em 2015 e assinado em Nova York em 2016 (PDS 19/2016). Aprovado na Câmara em 12 de julho, o acordo entrará em vigor quando for ratificado por 55 países.

Atualmente, explicou Santhiago, o Acordo de Paris já conta com a adesão de 23 nações, que respondem por 1% das emissões poluentes. O acordo ainda falta ser assinado por outros 22 países, que representem em conjunto pelo menos 55% das emissões.

O representante do ministério disse ainda que o Acordo de Paris será capaz de redirecionar o perfil de desenvolvimento dos países em razão da manutenção dos índices de emissões.

— Se tivéssemos a China e os Estados Unidos com a possibilidade de ratificar, seriam 38% das emissões somadas. Para chegar a 55%, precisaria da Rússia, com 7% das emissões, e da União Europeia, com 12%.

Santhiago observou que o Brasil responde por apenas 2,48% das emissões. Porém, detém importância geopolítica mundial, destacou. Ele citou ações que favoreceram a queda de 41% no desmatamento da Amazônia, entre 2005 e 2012, e a participação de fontes de energia renovável em 40% da matriz energética do país.

## Desafios

Já para o diretor-executivo do Centro Brasil no Clima, o ex-deputado Alfredo Sirkis, o processo de mudança climática é preocupante, tendo em vista as inundações e secas que passaram a atingir diversas regiões do planeta. Ele citou a liberação de metano na Groenlândia, a perda da capacidade

de absorção do carbono pelos oceanos e a estiagem que atinge as florestas tropicais, entre outros fenômenos.

— Temos como desafio uma economia que enfrente as mudanças climáticas, mas que também mantenha investimentos produtivos e soluções convergentes. O Brasil tem oportunidades fantásticas. Terá problemas enormes em relação às mudanças climáticas, mas também terá grandes oportunidades econômicas, somos muito bem situados para energias limpas, temos que eletrificar o nosso sistema de transporte — disse Sirkis.

## Metas

Relator da comissão, o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) observou que o agravamento do aquecimento global obriga o Parlamento a ter um protagonismo iminente.

— Não precisamos aguardar 2020 — afirmou Bezerra.

A exemplo de outros países, o Brasil apresentou uma série de metas no Acordo de Paris, como o compromisso de reduzir as emissões de gases do efeito estufa em 37% até 2025 (em relação aos níveis de 2005), podendo chegar a 43% até 2030. Foi assumido ainda o compromisso de baixar em 80% o desmatamento legal e em 100% o ilegal até 2030. Outra meta para 2030 é restaurar 12 milhões de hectares de florestas, uma área equivalente ao território da Inglaterra.

## Fotógrafo e cinegrafista podem ter isenção para importar equipamento

Os equipamentos e materiais importados para uso exclusivo no exercício da profissão de fotógrafo e cinegrafista poderão ficar isentos de impostos, estabelece projeto de lei da Câmara que está na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Pelo projeto (PLC 141/2015), do deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), a isenção alcança o Imposto de Importação, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o PIS-Pasep e a Cofins. As isenções somente serão concedidas a produtos sem similar nacional e pelo prazo de cinco anos,

a partir da publicação da lei. Haverá também exigências para obter o benefício, como a comprovação do exercício da profissão e a declaração de falta de equipamento similar no país.

O autor argumenta que, apesar do avanço tecnológico da indústria nacional de material fotográfico e de imagem, os equipamentos muitas vezes não atendem a demanda dos profissionais. Segundo Maia, o avanço tecnológico não tem sido acompanhado pela oferta do mercado brasileiro e os preços são muitas vezes exorbitantes.

Apesar de implicar renúncia fiscal, o

projeto pode incentivar “uma profissão importante e que muitas vezes é preterida”, sustenta o deputado. Ele lembra que a Receita Federal já concedeu benefício fiscal a equipamentos e materiais fotográficos e cinematográficos não profissionais. Dessa forma, o projeto estenderia o benefício aos equipamentos e materiais de uso próprio e exclusivo no exercício da atividade profissional.

O relator, senador Edison Lobão (PMDB-MA), é favorável. Ele registra que a variação cambial, agregada à defasagem técnica da indústria nacional, “poderá gerar um fosso tecnológico e

perda de competitividade”. Se aprovado na CAS, o projeto seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

## Outros projetos

Na mesma reunião, a comissão deve analisar os projetos que regulamentam o exercício das profissões de agente de segurança socioeducativa (PLS 278/2014) e de geofísico (PLS 487/2015). Também estão na pauta o projeto que trata da prática de equoterapia (SCD 13/2015) e o que trata de ações de prevenção de cânceres do colo uterino e de mama (PLS 583/2015).

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:**  
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer  
**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# Verba de pesquisa é mal aplicada, aponta debate

Contingenciamento e pulverização de recursos, descontinuidade e investimento em estudos sem aplicabilidade no mercado emperram inovação no país, disseram especialistas

APESAR DE CONTAR com instituições e instrumentos para apoiar o processo de inovação, o Brasil sofre com gargalos como a descontinuidade e o contingenciamento dos recursos. A alocação em pesquisas que não trazem inovação para o mercado, concentrando-se demais na academia, e não no setor industrial, é outro problema que emperra o processo de inovação no país. Essa foi a análise feita por participantes de audiência pública sobre o uso dos fundos nacionais para investimento tecnológico, promovida ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCT).

O superintendente nacional do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), Paulo Mól Júnior, criticou a “pulverização de recursos”. Na opinião dele, o já reduzido volume de dinheiro para pesquisa, que hoje gira em torno de R\$ 4 bilhões, é destinado em sua maioria (68%) a projetos pequenos, muitos ligados à academia e que “não vão mudar o país”. Projetos com abrangência nacional, estruturantes e ligados à política industrial são cerca de 7% e, somados a outros que têm conexão direta com o setor empresarial, chegam a 21% do total, disse.

Para ele, a tendência em investir em projetos menos robustos diminui as chances de produzir conhecimento novo e dar saltos tecnológicos. Grande parte do baixo retorno econômico, científico e social do investimento público no

setor pode ser explicado por essa realidade, afirmou:

— Pode colocar a quantidade de dinheiro que for no FNDCT [Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico]: se essa for a utilização, não vai mudar — disse.

## Desvio

Mól informou que, para 2017, há previsão de contingenciamento de 55% dos recursos do FNDCT. A arrecadação deverá chegar a R\$ 5,2 bilhões, mas R\$ 2,9 bilhões não deverão ser efetivamente gastos. Ele também disse que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações tem destinado dinheiro dos fundos para a manutenção da pasta, em um desvio de finalidade.

O presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Luiz Augusto Ferreira, também é crítico da

pulverização, que leva o país a gastar com pouca pesquisa aplicável ao mercado. Ferreira afirmou que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) impõe travas à inovação no país, com a demora no registro de patentes de novos produtos e tecnologias. Na opinião dele, governo e setor privado devem trabalhar em conjunto para destinar melhor os recursos de pesquisa, pois a inovação está no mercado.

— São eles [o mercado] que fazem, em última análise, o crescimento do país — avaliou.

Diretor da Associação Nacional de Pesquisa e de Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei), Raimar van den Bylaardt defendeu que o lugar da inovação no país é a indústria e que os modelos de editais capitaneados pelas universidades não funcionam, pois “fazem o que

bem entendem, não o que o industrial precisa”. Ele criticou o corporativismo da academia, que pode “destruir toda uma política de futuro”.

— A universidade tem que fazer ciência, formar recursos humanos. A inovação é da indústria — afirmou.

Bylaardt também criticou a mudança na destinação dos recursos do antigo CTPetro, fundo que financiava a pesquisa de interesse do setor petrolífero e que passou a compor o Fundo Social do Pré-Sal. Ele defendeu a revisão dessa lei, especialmente em relação às regras de arrecadação.

## Separação

O diretor-presidente da Sociedade Brasileira Pró-Inovação na Indústria Brasileira (Protec), Roberto Nicolsky, apresentou uma proposta radical: a separação entre ciência,

que se alojaria no Ministério da Educação, e tecnologia, que se aproximaria de algum ministério ligado à produção, como ocorre na Alemanha ou no Japão. Nicolsky também afirmou que a inovação tecnológica vem da indústria, não da universidade, e elogiou a chamada Lei do Bem (11.196/2005), que permite às grandes empresas investir em pesquisa e obter retornos tributários. Depois dessa lei, triplicou o número de patentes brasileiras, mas a taxa ainda é baixa, avaliou.

O senador Lasier Martins (PDT-RS), que presidiu a reunião, informou que lutará pela aprovação de um destaque da CCT na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para proibir o contingenciamento de recursos para a ciência e tecnologia no Orçamento da União.



Lasier (C) coordena debate com Nicolsky, Mól, Ferreira e Bylaardt: senador vai defender destaque na LDO para impedir contingenciamento de recursos para ciência

## Comissão sabatina indicados para embaixadas na Europa e Eurásia

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) sabatina hoje três diplomatas indicados pela Presidência da República para a chefia de representações brasileiras no exterior. Mario Vilalva é indicado para a Alemanha; Eduardo Gradilone, para a Turquia; e Ricardo Neiva, para a Áustria.

No relatório sobre a indicação de Vilalva para a embaixada na Alemanha, Armando Monteiro (PTB-PE) reitera que a nação germânica é hoje a quarta maior economia mundial, sendo a mais forte na Europa. O senador reforça também que o relacionamento bilateral Brasil-Alemanha é sólido há bastante tempo. A Alemanha é hoje o quarto maior parceiro comercial do Brasil, destacou, atrás apenas de China, Estados Unidos e Argentina.

O intercâmbio comercial em 2015 chegou a US\$ 15,5 bilhões, significando uma queda de 24% se comparado

com 2014. Armando lembra também que a balança é “tradicionalmente desfavorável” ao Brasil. As exportações brasileiras de café, minérios, soja, máquinas mecânicas, ferro e aço somadas representaram 63% do total exportado para a Alemanha no ano passado.

Do lado das importações, as compras de máquinas mecânicas, químicos orgânicos, farmacêuticos, automóveis, máquinas elétricas e instrumentos de precisão, somados, corresponderam a 71% dos produtos alemães que entraram no Brasil. Armando cita que hoje cerca de 113 mil brasileiros moram na Alemanha.

### Turquia

Edison Lobão (PMDB-MA) relatou a indicação do diplomata Eduardo Gradilone para a embaixada na Turquia. O senador ressalta no relatório que o incremento das relações Brasil-Turquia atingiu um patamar “sem precedentes”

durante a primeira década do século 21.

Segundo o senador, a balança comercial tem sido favorável ao Brasil, que exporta para a nação euro-asiática especialmente minério de ferro, trigo e soja, centeio, café, fumo, folhas metálicas, polipropileno, niveladores, ferro fundido e madeira compensada.

A pauta de importação da Turquia está concentrada em autopeças, fios de fibras artificiais, motores a diesel, cimento portland, adubos, fósforo, damasco e aveia.

Os valores envolvidos em 2015 registram que o Brasil exportou US\$ 1,33 bilhão e importou US\$ 566 milhões. Quanto aos investimentos bilaterais, o estoque brasileiro na Turquia, entre 2001 e 2014, totalizou US\$ 750 milhões. Já o montante turco no Brasil é estimado em US\$ 35 milhões. As empresas brasileiras Metal Leve, Votorantim, Cutrale, Ambev, Arezzo e Condor são

algumas das grandes investidoras naquele país.

Lobão destacou ainda, no relatório, o fato de a companhia Turkish Airlines manter voos diários entre São Paulo e Istambul, respondendo direta e indiretamente pela ampliação do fluxo bilateral de comércio e investimentos.

### Áustria

O relatório do senador Hélio José (PMDB-DF) sobre a indicação do diplomata Ricardo Neiva para embaixada na Áustria destaca que, em 2015, a pauta de exportações brasileiras para aquele país foi composta por 73,9% de produtos manufaturados, especialmente máquinas mecânicas e aviões. O Brasil importou no mesmo ano 98,6% em produtos manufaturados, principalmente máquinas mecânicas e farmacêuticos.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

## Senado ajuda a modernizar Legislativo do AP

O Programa Interlegis chegou ao Oiapoque, no Amapá, para levar ferramentas de modernização legislativa. Dois servidores do programa, vinculado ao Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), do Senado, foram à cidade para ministrar oficinas de treinamento para implantação de produtos tecnológicos e revisão de marcos jurídicos.

As oficinas vão durar toda a semana, com participação de servidores da câmara, assessores da prefeitura, presidentes de sindicatos e acadêmicos. Eles acompanharão a instalação do Portal Modelo para internet e do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, ferramentas para informatizar o processo interno de uma Casa legislativa. E analisarão a atualização da Lei Orgânica Municipal e do regimento interno da câmara.

# Para juiz, abuso de autoridade não tem urgência

Em audiência, integrantes da Justiça e do Ministério Público disseram que lei precisa ser mudada, mas não agora. Para eles, objetivo da proposta é impor obstáculo à Lava Jato

JUIZES E PROCURADORES de Justiça disseram que o projeto de lei que trata do abuso de autoridade (PLS 280/2016) não deveria ser votado com urgência no Senado. Na avaliação deles, a votação acelerada será prejudicial para o Brasil porque, sendo aprovado sem maiores debates e alterações, o projeto enfraquece o Poder Judiciário e o Ministério Público.

A avaliação foi feita numa audiência pública organizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O projeto em questão define os crimes de autoridade praticados por funcionários públicos, como policiais, juízes e procuradores, e estabelece as penas, que incluem até a perda do cargo. O texto está na Comissão da Consolidação da Legislação Federal e Regulação da Constituição, onde recebeu relatório favorável do senador Romero Jucá (PMDB-RR).

## Reflexão aprofundada

De acordo com o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Roberto Carvalho Veloso, a Lei do Abuso de Autoridade (Lei 4.898/1965) abarca praticamente todos os tipos penais contidos no PLS 280/2016. Ele afirmou que é válida a discussão para atualizar a lei, mas rejeitou a urgência:

— Não há necessidade de aprovar esse projeto de lei sem que haja uma ampla discussão.

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ângelo Fabiano Farias da Costa, ressaltou que, no momento em que as investigações da corrupção avançam, o projeto pode trazer prejuízos à atuação dos órgãos de controle, como o Ministério Público, a Polícia Federal e o Judiciário.

— O projeto não é de todo ruim, na nossa concepção, mas há dispositivos que merecem



Na Comissão de Direitos Humanos, Paulo Paim (C) ouve juizes e procuradores sobre texto que trata do abuso de autoridade

uma reflexão mais aprofundada — argumentou.

Segundo a presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Angélica Cavalcanti, o Ministério Público lutou antes pela manutenção de seu poder investigatório e luta agora para que sua atuação não seja criminalizada.

— Não somos contra o projeto. A lei é antiga. Mas concordo que o debate tem de ser ampliado — afirmou.

Para Guilherme Guimarães Feliciano, vice-presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), a urgência do PLS 280/2016 “soa quase como uma represália” dos integrantes do Congresso Nacional às ações da Operação Lava Jato.

— A urgência do projeto para coibir abusos de autoridades judiciárias, ministeriais, policiais etc. é uma preocupação que vem a reboque dessas operações, o que não nos parece adequado — disse.

## Redes sociais

A senadora Ana Amélia (PP-RS) ressaltou que o projeto está sendo “bombardeado” nas redes sociais. Ela disse que é importante modificar a

lei atual, mas que este não é o momento apropriado para isso:

— As leis precisam ter senso de oportunidade. Estamos agora diante de Lava Jato, de impeachment, de vários enfrentamentos. Se colocarmos mais um enfrentamento, poderemos criar um ambiente de artificial crise institucional. Não há necessidade de fazer isso agora.

## Condução coercitiva

A senadora Regina Sousa (PT-PI) disse que alguns pontos devem ser melhorados na lei, como o caso da condução coercitiva. Ela criticou a condução coercitiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Operação Aletheia. Apesar disso, afirmou que o atual período é impróprio para discutir o abuso de autoridade.

O presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), afirmou que solicitará uma comissão geral no Plenário do Senado em outubro para debater a proposta.

Os participantes da audiência apontaram vários pontos do projeto que, segundo eles, ferem a Constituição e a independência dos Poderes. Para eles, a descrição dos crimes está muito ampla e genérica, o

que pode prejudicar os órgãos de controle e fiscalização.

Um dos dispositivos atacados foi o artigo que considera crime deixar de conceder liberdade provisória, com ou sem fiança, quando assim admitir a lei. Veloso, da Ajufe, explicou que cotidianamente juizes deixam de conceder liberdade provisória e posteriormente decisões de tribunais superiores acatam pedido de habeas corpus dos presos. Dessa forma, pelo projeto, esses juizes teriam cometido um crime.

— Esse tipo de dispositivo tolhe a independência do juiz em relação à interpretação da lei. O juiz pode entender, analisando o caso concreto e em relação à lei, que não é o caso de liberdade provisória, mas o tribunal, reanalisando, pode conceder — disse.

## Depoimento

Outro ponto criticado no projeto foi o artigo 13 do projeto de lei, que considera crime constranger alguém, sob ameaça de prisão, a depor sobre fatos que possam incriminá-lo. Segundo Veloso, isso pode decretar o fim da condução coercitiva, que é utilizada para que a pessoa não destrua provas durante o processo da

operação investigativa.

— A condução coercitiva é justamente para que a pessoa venha prestar depoimento, mas é lógico que ela só vai prestar depoimento se assim o desejar, porque a Constituição lhe assegura o direito de ficar calada. Esse artigo objetiva o fim da condução coercitiva. Para nós, isso é algo muito grave — observou.

## Grampo telefônico

Os convidados manifestaram preocupação com o artigo 28, que criminaliza o ato de reproduzir ou inserir nos autos da investigação ou do processo criminal um diálogo do investigado com alguma pessoa que deva guardar sigilo em razão de função, ministério ou profissão.

— Imagine uma pessoa que esteja sendo investigada por corrupção e entre em contato com um parlamentar ou com o presidente da República e trate da corrupção. Esse diálogo não poderá ser inserido nos autos da investigação ou do processo criminal. Há alguns dispositivos que causam perplexidade e que precisam ser excluídos desse projeto — afirmou Veloso.

Segundo Norma, da Conamp, o artigo 30 do projeto, que considera crime dar início à persecução penal, civil ou administrativa sem justa causa fundamentada, é inconstitucional. Ela explicou que a Constituição determina que o Ministério Público tem a independência funcional e o dever de propor uma ação quando recebe um inquérito policial com indícios de autoria e materialidade provada.

— Não quer dizer que o dever de denunciar é uma condenação. O juiz vai examinar, vai passar pelo contraditório e, se por acaso o juiz entender que o réu deve ser absolvido, o Ministério Público, que está cumprindo o seu papel constitucional, será punido — disse.

# Comissão avalia novo substitutivo a projeto sobre jogos de azar

## AGENDA BRASIL

O projeto que legaliza jogos de azar no Brasil será reanalisado hoje pela Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional. O colegiado é responsável pela Agenda Brasil, pauta listada pelo Senado com o objetivo de incentivar o crescimento econômico.

O projeto (PLS 186/2014) já tinha ido para o Plenário, mas um requerimento determinou o reexame na comissão. O autor do requerimento, senador Fer-

nando Bezerra Coelho (PSB-PE), é o novo relator do texto, em substituição ao senador licenciado Blairo Maggi (PR-MT), que assumiu o Ministério da Agricultura. Blairo é autor do substitutivo aprovado na comissão e remetido ao Plenário.

O projeto, de Ciro Nogueira (PP-PI), libera o funcionamento de cassinos e bingos, além de jogo do bicho e apostas eletrônicas. Bezerra, porém, apresentará um novo substitutivo, sob o argumento de que, ao ouvir representantes de órgãos públicos, percebeu a

necessidade de mudar o texto, especialmente para coibir a possibilidade de lavagem de dinheiro.

Bezerra admite que muitos brasileiros relacionam os jogos de azar com atividades ilícitas, mas diz que, na maioria dos países, a legislação evoluiu, criando forte aparato regulatório. E foram atacadas as atividades ilícitas que eram associadas à atividade, relata. Assim, afirma o senador, tornou-se possível garantir a percepção de benefícios econômicos e sociais com o jogo legalizado. Uma

projeção do relator estima a arrecadação de R\$ 29 bilhões em tributos para o governo, nos próximos três anos.

## Regras

Como no texto original, o substitutivo define os jogos a serem explorados, os critérios para autorização, as exigências para os sócios e as regras para prêmios e arrecadação de tributos. Além de cassinos, bingo, jogo do bicho e apostas eletrônicas, o substitutivo trata das loterias federal e estaduais e do *sweepstake*, loteria rela-

cionada à corrida de cavalos. Também são estabelecidas penas e multas para irregularidades e crimes relacionados à exploração dos jogos de azar.

Pelo substitutivo, a delegação para exploração dos jogos de azar compete exclusivamente à União. A exceção é o jogo do bicho, com delegação a cargo dos estados. A concessão será sempre precedida de licitação.

Uma mudança no texto é o fim da vedação à participação de políticos com mandato na administração de empresas exploradoras de jogos de azar.